

Livros e bibliotecas brasileiras: dos padres jesuítas à vinda da família real ao Brasil

Beatriz Teixeira Fiquer ¹

Os jesuítas foram responsáveis pelo ensino que tivemos no chamado Período Colonial durante 210 anos e, segundo Valnir Chagas (1980, p.1), a “escola brasileira foi lançada no mesmo instante em que, decorridos apenas quinze dias após a chegada dos jesuítas ao Brasil, o decantado Padre Vicente Rijo instalava a primeira aula ‘de ler e escrever’ na Salvador que se fundava”. Assim, é a partir de 1549, com a vinda desses padres para o Brasil, que o país conhecerá a “instrução” e, por conseguinte, os livros e as bibliotecas

Considerando, dessa forma, a existência dos livros e bibliotecas desde o início da colonização, cabe ao presente estudo apresentar o processo de formação das bibliotecas pertencentes aos padres jesuítas no período da colonização, mesmo porque, segundo Rubens Borba de Moraes (1979) no prefácio de *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*, “Não é possível estudar-se a história das ideias, a divulgação de novas técnicas, a história da cultura brasileira enfim, sem saber quais os livros e periódicos que existiam à disposição dos brasileiros em diferentes épocas.”

Além disso, passados mais de vinte anos da publicação de Moraes, o qual já em 1979 afirmava haver poucas pesquisas realizadas, poucos documentos publicados, sobre o assunto, nota-se, através de publicações atuais, que pouca coisa nesse aspecto mudou, afinal: “Os estudos literários, não só no Brasil, parecem prestar pouquíssima atenção ao livro, objeto material através do qual a literatura existe, tendendo a se ocupar dele, no melhor dos casos, quando o tomam metonimicamente como translúcido portador de um conteúdo transcendente: o texto.” (Lajolo, Zilberman, 2009a, p.60).

Assim, cabe iniciar essa reflexão a qual não se encerra aqui, por demasiadamente abrangente, a fim de enfatizar que nossa primeira biblioteca não é a que trouxe para as terras brasileiras a Família Real em 1808, bem como que as bibliotecas dos jesuítas foram de extrema importância para a época, uma vez que esses padres eram os únicos responsáveis pela instrução nos anos iniciais do Período Colonial, destacando-se que, para além das questões colonizadoras já tão estudadas, os jesuítas contribuíram para a existência e o acesso a uma grande diversidade de obras no país.

A biblioteca dos Jesuítas

As informações obtidas sobre os livros e a constituição das bibliotecas, inicialmente, só são possíveis devido aos trabalhos e registros realizados pelo padre Serafim Leite. Ele deixa evidente que já em 1549 os padres jesuítas traziam consigo para a colônia alguns livros, obviamente que eram apenas títulos religiosos como a Bíblia, mas com o passar dos anos e com o progresso dos trabalhos jesuíticos a variedade de títulos, bem como a quantidade dos mesmos, passou a ser diversificada e ampliada.

Devido às escolas de “ler e escrever” – as quais prosperavam com o passar do tempo e com o empenho do Padre Manuel da Nóbrega –, os padres jesuítas que vinham da Europa traziam livros para serem utilizados não só nas escolas no processo de catequização e “alfabetização” do indígena, mas também instrução ao filho do colono, entretanto as obras não chegavam em quantidade necessária para todos.

¹ Professora da Escola Terra Brasil e da FAAT- Faculdades Atibaia. Orientadora de TCC. Revisora da CAELE 7 e 9. Autora de diversos capítulos/artigos nacionais e internacionais principalmente na área literária. Autora de conto infantil. Doutoranda em Língua Portuguesa, com enfoque em intertextualidade.

Dessa forma, o padre Manuel da Nóbrega pedia, entre vestimenta e outras necessidades, livros em quantidade suficiente à coroa sempre que escrevia para Portugal. Como era bem quisto pelo Rei Dom João III, muitas vezes era atendido e assim é que chegavam às terras brasileiras livros para a instrução dos meninos e aperfeiçoamento dos mestres.

A quantidade de livros fora aumentando e no fim do século XVI, segundo Fernão Cardim (1939), em Salvador havia uma biblioteca instalada em sala especial no colégio lá existente. No Rio de Janeiro, em São Paulo e no Espírito Santo, embora menores, com um acervo diminuto, existiam também bibliotecas nas escolas dos Padres Jesuítas.

Todavia, essas bibliotecas mais modestas passaram a crescer consideravelmente devido às doações que eram feitas. A do Rio de Janeiro, por exemplo, recebeu uma doação “que lhe fez o Visitador Eclesiástico Bartolomeu Simões Pereira, que trouxe de Portugal sua biblioteca, quando veio para o Brasil em 1577. Falecido em torno de 1601, no Espírito Santo, deixou para o Colégio do Rio metade de seus livros, incluídas todas as obras que possuía de Direito Civil e Canônico.” (Moraes, 1979, p.3)

Verifica-se, então, que os jesuítas possuíam as melhores e mais numerosas bibliotecas, o que pode ser comprovado, inclusive por uma declaração do Padre Antonio Vieira, sobre a biblioteca do Colégio do Maranhão: “Livraria temos muito boa” (Vieira *apud* Moraes, 1979, p.4). Ainda segundo Moraes:

A biblioteca do Colégio de Santo Alexandre do Pará, em 1760, tinha mais de 2.000 volumes. [...] Diversas outras casas jesuíticas de menor importância tinham seu milhar de livros. Serafim Leite calcula em 12.000 os livros existentes no Maranhão e no Pará. O Colégio do Rio de Janeiro tinha 5.434 volumes em meados do século XVIII. Mas a mais rica de todas estava em Salvador. (Moraes, 1979, p.4)

A riqueza da biblioteca de Salvador, a que se refere Rubens Borba de Moraes, não é apenas relativa ao acervo, senão a estrutura física da mesma. Além de possuir belas pinturas, a arquitetura lembrava as maravilhosas salas que os reis e príncipes europeus mandavam construir e decorar para instalar seus livros, isto é, a biblioteca de Salvador possuía uma suntuosa e esplêndida arquitetura como as dos palácios europeus. Moraes salienta ainda que essa biblioteca começou “modestamente com as obras trazidas pelo padre Manuel da Nóbrega, em 1549” (Moraes, 1979, p.4) e possuía 15.000 volumes quando foram expulsos os jesuítas.

Outrossim, os padres compravam livros daqueles que partiam de volta para a Europa e no cais não tinham como embarcar com tantos pertences (tinham que pagar taxas, como acontece hoje nos aeroportos se excedido o limite de peso permitido). Por conseguinte, vendiam, dentre outros objetos, principalmente os livros que eram pesados para serem transportados, muitas vezes, a preços baixíssimos. Os Jesuítas, então, aproveitavam a oportunidade – conforme o lugar – e com as rendas de suas fazendas (cultivo do cacau, de cravo) juntamente com os recursos provenientes da venda de remédios de suas famosas boticas, adquiriam inúmeras obras, aumentando consideravelmente o acervo de suas bibliotecas. Aliás, recebiam também livros de Lisboa e da Itália.

Vale dizer, primeiramente, que essas bibliotecas não ficavam abertas só para os alunos e padres, mas para qualquer pessoa que fizesse o “pedido competente”, ou seja, a solicitação, o agendamento para realizar a consulta ao acervo, bem como que eram frequentadas porque possuíam o essencial para os estudos de humanidades em nível superior (o Colégio do Rio de Janeiro possuía em tomo de 110 gramáticas de diversos autores, por exemplo); livros necessários para o ensino das Matemáticas – possuíam livros até de Newton e Descartes e,

segundo levantamento feito por Moraes, até um livro publicado em 1752 (*Os Elementos de Matemática* de Bascovich) já era encontrado no colégio do Rio de Janeiro em 1759. De acordo com Moraes, livros de medicina também estavam no acervo, uma vez que: “Os jesuítas nas missões eram os únicos médicos, e nos colégios suas farmácias eram tidas como as melhores. Quanto a Filosofia e Religião, parece óbvio que andariam bem representadas” (Moraes, 1979, p.6)

Portanto, é incontestável não só a existência do acervo e bibliotecas jesuítas, bem como a circulação e acesso a leitura (livros) que os letrados tinham. Todavia, compete esclarecer que não eram apenas os padres da Companhia de Jesus que possuíam bibliotecas. Por exemplo, no Recife, os jesuítas tinham no seu colégio uma boa biblioteca que, depois de extinta a Companhia, foi em parte distribuída pelos conventos de outras ordens, evidentemente por que também tinham um acervo.

As bibliotecas de outras ordens religiosas

Embora as melhores e mais numerosas bibliotecas pertencessem, de fato, aos padres da Companhia de Jesus, são apresentadas também informações sobre a existência de bibliotecas de outras entidades religiosas, tais como a dos franciscanos, dos carmelitas e dos beneditinos.

Principalmente essas entidades citadas tinham escolas anexas aos seus conventos e exerciam papel importante na instrução do povo, principalmente no ensino das primeiras letras. Além disso, “nos principais conventos dessas ordens existiam cursos superiores para a formação de frades” (Moraes, 1979, p. 11)

Sobre as bibliotecas dos franciscanos pouco se sabe, entretanto, segundo registros encontrados em algumas grandes bibliotecas do país, bem como estudos como o do professor Manuel Cardoso, citado por Moraes, permitem afirmar que o acervo dessa ordem religiosa nos conventos do Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo eram excelentes, porquanto abrangiam todos os assuntos. As mesmas “sobreviveram” após a expulsão dos jesuítas, pois em 1776 os franciscanos seguiram a reforma de Pombal, realizada na universidade de Coimbra, reformulando os estudos em suas instituições.

Em São Paulo, no litoral, vale citar a livraria do convento de Nossa Senhora da Conceição em Itanhaém, pelo incêndio sofrido pela mesma em 1833. Ao que tudo indica possuía livros não só de diversos assuntos, mas que seriam considerados raros atualmente. Contudo, o fogo destruiu a maior parte do acervo e muito do que se salvou, devido à falta de cuidado com as obras, foi sendo consumido pelo tempo.

Enquanto a biblioteca do convento de Nossa Senhora da Conceição era singela, a do convento franciscano em São Paulo era suntuosa no início do século XIX, pois recebera doações, dentre elas a do bispo de Funchal, D. Luis Rodrigues Vilarés que, por conta disso, passou a ter um acervo em que era possível encontrar os mais variados assuntos, de todas as áreas, como História de Portugal e do Brasil; Filosofia (incluindo São Tomás de Aquino e Aristóteles); Matemática; Física; Química; coleção jurídica; Geografia... Literatura: grandes clássicos portugueses (Camões, Vieira, Bernardes); dentre outros. Segundo Moraes, o acervo era tão vasto que se pode dizer que

o diabo também entrou no convento paulista. Está representado pelos enciclopedistas, os “filósofos” da Ilustração e os pensadores considerados perigosos pelos governos absolutistas e pela Igreja. Ali figuram Locke, Condillac e Montesquieu com *L'esprit dès lois*, livro de tão profundas consequências.

D'Alembert aparece com as *Recherches sur différents points... Du système Du monde*. (Moraes, 1979, p. 16-17)

Cabe ainda dizer que entre algum texto traduzido de Voltaire e as obras do padre Feijó, os volumes de Direito que restaram formam o acervo antigo da atual Faculdade de Direito da Universidade São Francisco, não restando dúvidas, mais uma vez, da riqueza das bibliotecas – neste caso, franciscanas – do período. Em suma a biblioteca de São Francisco paulista:

Era uma biblioteca variada contendo as obras básicas sobre cada assunto. Não continha exclusivamente obras clássicas, mas também obras modernas sobre temas variados. Era uma coleção comparável à que teria um homem culto europeu. Nota-se uma predominância de autores franceses. Não é de se admirar: a língua francesa era universal no século XVIII e, em Portugal e no Brasil, seria a segunda língua de todo homem culto até meados do século XX. A pobreza em obras inglesas e alemãs não é de estranhar, pois essas culturas só neste século (XX) penetraram em Portugal e no Brasil. Adam Smith foi lido através da tradução de Silva Lisboa. Os nossos românticos devoraram Byron e Ossian, mas traduzidos para o francês. (Moraes, 1979, p.18)

Assim sendo, pode-se ter uma ideia da importância das bibliotecas conventuais pelo tamanho dos salões que as abrigavam nos mosteiros do Rio de Janeiro, Salvador, Olinda, dentre outras cidades como São Paulo.

Sobre as abadias beneditinas sabe-se que tinham boas bibliotecas. Enriqueciam os seus acervos por compra e herança. Eram muitos os que cuidavam das bibliotecas fosse mandando vir de Lisboa livros novos, fosse com reformas e preocupação com a mobília do ambiente. Não obstante se percebe que há poucos registros sobre estas e menos ainda sobre as bibliotecas dos carmelitas – as quais devem ser pesquisadas em outros trabalhos, visto que fogem ao escopo deste trabalho.

A decadência dos conventos

Segundo Moraes, as bibliotecas dos conventos foram as grandes responsáveis pela aquisição de cultura e, por conseguinte, pela formação intelectual daqueles que tinham condições de cursar uma faculdade em Portugal.

Tal situação permanece no Brasil até meados do século XVIII, pois “com a proibição de Pombal de que fundassem novos conventos e a instituição do ensino leigo diminuem o papel dos conventos na formação intelectual dos jovens e, em fins do século XVIII, não representam mais o que representavam antes.” (Moraes, 1979, p.19)

Algumas ordens religiosas como a dos beneditinos em Olinda conseguiram resistir à decadência por um tempo, entretanto com os conventos vazios, as bibliotecas e os arquivos ficaram abandonados por falta de quem cuidasse deles. A biblioteca franciscana do Rio de Janeiro, por exemplo, ficou abandonada, sendo que os cupins e as goteiras acabaram quase que completo com o acervo. Tal “problema” atingiu todas as bibliotecas do período, como atestam as palavras de Gonçalves Dias que ao escrever sobre o que encontrara em São Luiz do Maranhão “retrata o destino trágico que tiveram as ricas bibliotecas e os arquivos dos conventos brasileiros.” (Moraes, 1979, p.21)

Outras situações de descaso com livros também podem ser constatadas quando se descobre que uma publicação de 1761 (do Frei Antonio de Santa Maria Jabotão), impressa em “excelente papel” foi mandada para Pernambuco e ficou encaixotada no convento, sem que ninguém sequer tivesse curiosidade de abri-la. Ficou intacta até 1840, ou seja, 79 anos para que a umidade e os insetos destruíssem a maior parte.

As bibliotecas com a expulsão dos jesuítas

Se o destino das bibliotecas das outras ordens religiosas fora lastimável, a dos jesuítas, com a política pombalina que determinou a expulsão dos mesmos em 1759 e teve como consequência a extinção da Companhia de Jesus, não teve melhor destino.

Os livros retirados dos colégios ficaram amontoados em lugares impróprios, grande parte das obras foi roubada, e o pior: destruídas e vendidas como papel velho a boticários para embrulhar unguentos. Obviamente que o clima úmido e os insetos deram fim ao que restara. Apenas uma ou outra obra pode ter sido enviada a Lisboa, no entanto o destino de tão esplêndidos acervos foi, de fato, a destruição.

A biblioteca do Colégio do Rio de Janeiro, por exemplo, ficou abandonada até 1775:

O Vice-Rei (Marquês de Lavradio) determinava que as obras de “Doutrina e disciplina eclesiástica” fossem entregues ao bispo da diocese (mas não foram só estas que ficaram com ele como por exemplo, 5 obras de Newton e *Os Lusíadas* de Camões). Os restantes passassem para a casa do desembargador João Salter Mendonça e para “as casas de algumas pessoas que fossem capazes de os fazerem conservar em limpeza e darem conta deles”. Quanto aos livros “proibidos” deveriam ser encaixotados e remetidos ao Juiz da Inconfidência em Lisboa. (Moraes, 1979, p. 7)

Dentre essas obras confiscadas encontrava-se a Vida do Padre José de Anchieta, afinal tudo que pertencesse aos jesuítas deveria ser destruído.

Quanto às belas construções e pinturas que por tanto tempo serviram de acomodação para os vastos livros, praticamente desapareceram, como se comprova através do que aconteceu em Salvador, pois “A magnífica sala da livraria dos Jesuítas em Salvador estava, em 1811, em tão mau estado que só depois de restaurada pôde instalar-se nela a Biblioteca Pública da Bahia.” (Moraes, 1979, p. 6 -7)

Assim sendo, mais que os estragos causados pelo tempo, o que fez com que aos poucos as antigas bibliotecas e livros dos jesuítas, especialmente, fossem sendo extintas foi a falta de cuidado, a negligência para com o acervo e arquitetura das bibliotecas dos padres da Companhia de Jesus.

As bibliotecas de particulares

Há poucas informações sobre as bibliotecas existentes nas residências da época, contudo devido a registros em testamentos de alguns paulistas, por exemplo, verifica-se que possuíam um pequeno acervo em casa.

Em Minas Gerais também deviam existir tais bibliotecas, afinal na época da mineração existia, principalmente em Vila Rica (hoje Ouro Preto) vários prosadores, padres e grandes poetas como Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antonio Gonzaga, representantes, por sinal,

do período chamado de Arcadismo da Literatura Brasileira. Considerando ainda que eram formados em Coimbra, é impossível que não tivessem diversas obras, assim como outros nobres da época.

Com o passar dos anos, ao que tudo indica, a aquisição de livros fora aumentado e, provavelmente, as bibliotecas particulares se evidenciando, afinal, havia, já no final do século XVIII, encomendas de livros registradas pelos comerciantes.

Na realidade, de acordo com o registro dos pedidos, as obras eram vendidas juntas com outros artigos como velas, cobertores, chapéus, etc. – objetos esses que também vinham da Europa por encomenda. Este tipo de comércio também possibilitava a circulação de obras tidas como proibidas na época, afinal não havia um controle dos livros que chegavam ao Brasil, nem tão pouco, da região para a qual se seguia a encomenda.

Esse comércio perdeu até depois da vinda da Família Real, pois só anos depois é que surgiram as verdadeiras livrarias, e, logo, as obras passaram a não mais serem encomendadas em meio a outros artigos vindos da Europa.

Assim, pode-se afirmar a existência de bibliotecas particulares, visto que no início do século XVII os livros se multiplicavam para além dos conventos. A partir da possibilidade de serem feitas encomendas de artigos da época como chapéus, tecidos, etc., livros também podiam ser comprados, estabelecendo-se assim sua comercialização. Neste contexto, diante da falta de controle e pela extensão territorial do Brasil, havia presença de obras proibidas pela censura que podiam ser facilmente encontradas em meio àquelas que possuíam permissão para circular no país.

A Família Real no Brasil

A transferência da corte portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro transformou radicalmente a situação dos livros e das bibliotecas no Brasil, uma vez que a chegada da Família Real implicou em alterações nas necessidades referentes a estudos, aos conhecimentos culturais e científicos. Membros da corte deviam ser instruídos: necessitavam de ambiente adequado para estudos e da informação contida nos livros, uma realidade que impulsionou a relevância do livro e das bibliotecas neste país.

O interessante a ser observado é que todos aprendem, na escola, que ao “fugir” para o Brasil das tropas de Napoleão Bonaparte a Família Real trouxe para o Brasil sua Biblioteca Real – o que é fato.

Contudo, considerando o tempo necessário para reunir e embalar todas as obras literárias que ao Brasil chegaram, destaca-se a impossibilidade da transferência da Corte Portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro ter se dado de forma repentina, bem como comprovam as seguintes palavras:

Desde a última semana de agosto estava sendo considerada a possibilidade de tal mudança, mas o príncipe manteve as negociações, o máximo possível, com os dois lados, merecendo por isso a honra de ter sido considerado por Napoleão o único homem que fora capaz de enganá-lo. A decisão final de partir só foi tomada na noite de 24 de novembro. Entre este momento e a noite de 27 centenas de funcionários e suas famílias foram embarcados [...]. Seguiram com eles não apenas grande parte de seus pertences pessoais, mas também os arquivos dos vários departamentos e tudo o que era necessário para a transferência do aparato do governo imperial para o Novo Mundo;

mesmo os sessenta mil volumes da Biblioteca Real foram incluídos. (Hallewell, 1985, p.31)

Na verdade, seria impossível embarcar sessenta mil volumes bem encaixotados às pressas em uma única noite, ou seja, a vinda da Família Real para o Brasil

não foi uma fuga desordenada e improvisada como pareceu aos passageiros sedentários irritados com o desconforto de uma longa viagem decidida independentemente de suas vontades. A operação demandou um planejamento [...] sobrou tempo para se fazerem as malas, isto é, para encaixotar tudo quanto a máquina administrativa necessitava para governar a nova sede. Era uma enorme operação. (Moraes, 1979, p.81)

Além disso, outros nobres também trouxeram para cá suas bibliotecas particulares, como por exemplo, Antonio de Araújo de Azevedo (Conde de Barca), que além do tempo que tivera, como toda a corte, de organizar seus bens para a viagem, “teve tempo de encaixotar e trazer sua excelente livraria e sua famosa coleção de estampas, manuscritos e pares científicos reunidos durante longa permanência em diversos países da Europa.” (Moraes, 1979, p.82)

Dessa forma, a Biblioteca Real, repleta de edições preciosas veio para o Brasil para dar origem a que hoje é chamada de Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Todavia, Dom João, após a Independência do Brasil, não presenteou a até então colônia com tal acervo “Quando em 1825, Portugal e o Império do Brasil assinaram um tratado onde era reconhecida a Independência, nosso governo pagou a Portugal a quantia de dois milhões de libras esterlinas pelos bens portugueses deixados aqui. Entre esses bens estava mencionada a Biblioteca.” (Moraes, 1979, p. 84)

Os fatos apresentados explicam o motivo de a Biblioteca Real ter permanecido no Brasil, bem como algumas obras portuguesas raríssimas fazerem parte da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e não serem encontradas em Portugal, como por exemplo, a obra *Os Lusíadas*, de Luís Vaz de Camões, que apresenta o pelicano virado para a direita em uma edição e o pelicano virado para a esquerda em outra: só a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro possui as duas edições; a biblioteca Nacional de Lisboa possui apenas uma das versões citadas.

Em suma, é com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, em 1808 que haverá, além de um desenvolvimento da colônia com a imprensa, o comércio, o reinício da valorização cultural das bibliotecas e dos livros esquecidos por 47 anos, desde a expulsão dos padres jesuítas pelo Marques de Pombal.

Considerações finais

O presente trabalho resgata a história dos livros e das bibliotecas brasileiras desde os primórdios da colonização até o início do século XIX com a vinda da Família Real ao Brasil.

Analisando criticamente os acontecimentos históricos, políticos e sociais que permearam a formação do acervo brasileiro, fica evidente que desde 1549 o Brasil possui livros e bibliotecas, contrariando a ideia de que este país só tivera sua primeira biblioteca em 1808.

Mostrou-se que eram riquíssimos os acervos existentes e a arquitetura das bibliotecas dos séculos XVI, XVII e XVIII, pertencentes aos padres jesuítas, bem como a outras ordens religiosas como a dos Franciscanos e Beneditinos. Contudo, com a expulsão da Companhia de Jesus e a proibição de expansão das escolas religiosas, o descaso tomou conta do que hoje

chamar-se-ia patrimônio cultural, sendo que tal situação só começaria a mudar em 1808 com a chegada da Corte Real Portuguesa no Rio de Janeiro.

É certo que a transferência da corte portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro transformou radicalmente a situação dos habitantes da terra brasileira, com a instalação de uma imprensa oficial no país, incentivo ao comércio, criação de escolas, do Banco do Brasil e de verdadeiras livrarias, evidenciando um momento de significativo desenvolvimento na comercialização de livros. Todavia os livros do tempo dos jesuítas, ou o que sobrara deles, seriam restaurados, bem como os espaços que ocupavam seriam recuperados, depois da Proclamação da República, em 1889, quando a igreja ficou separada do Estado e vieram para o Brasil religiosos estrangeiros repovoar os conventos e suas ordens, resgatando o que sobrara da cultura de outrora e formando um novo acervo no lugar do que para sempre se perdera.

Bibliografia

CARDIM, Fernão. *Tratado da terra e gente do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1939

CHAGAS, Valnir. A preparação de quatro séculos. *In. O ensino de 1º e 2º graus: antes, agora e depois?* 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1980

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T. A. Queiroz/ Edusp, 1985.

LAJOLO, Marisa. ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2009a.

_____. *A leitura rarefeita: leitura e livro no Brasil*. São Paulo: Ática, 2009b.

MORAES, Rubens Borba de. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.